



A ÉTICA DO SEGURO

Nunca será demais acentuar que o seguro tem por fundamento a proteção à vida, ao patrimônio e as rendas, considerando-se a imprevisibilidade do risco e ao infortúnio das pessoas. Como se pode sentir é um comportamento ético, cujo ingrediente encontra aplicação no âmbito pessoal como também nas relações humanas e no mundo dos negócios.

Tudo isso, muito a propósito, nos veio a mente com relação ao acidente com o Airbus da TAM, ocorrido em 17 de julho último, no aeroporto de Congonhas, em São Paulo. O Lamentável acontecimento, atinge as raízes da desumanidade, pela brutalidade com que as pessoas foram sacrificadas, fruto, sem dúvida, da falta de competência, das autoridades dos órgãos responsáveis no desenrolar da crise aérea que vem se perpetuando, pondo em risco permanente a vida de milhares de pessoas que usam aquele transporte. Aliás, por oportuno, a crise nos mostra o grau de regressão na qualidade dos serviços não só nos aeroportos e empresas aéreas, como também nas rodovias mal-conservadas; os portos nacionais são os mais caros e lentos; a malha ferroviária decresceu e até a navegação de cabotagem, antigamente feita por navios nossos, desapareceu. Este é o cenário que temos diante dos olhos, revelando absoluta falta de investimentos na infra-estrutura, em decorrência do que a economia se ressentiu de maior estímulo.

Retomando o assunto do acidente, a imprensa e os especialistas e palpites, têm ao longo desses dias o velho hábito de tecer comentários ao acaso sobre as possíveis causas que deram origem àquela tragédia, as quais ficarão sem resposta, pelo menos até agora. Entretanto, pouco se tem comentado sobre a ação do setor de seguros, que se mostra pre-

sente desde o momento em que o país e o mundo tomaram conhecimento daquela ocorrência, naturalmente verificando a cobertura aos sinistros, através de várias modalidades tais como: Seguro de Responsabilidade do Explorador do Transporte Aéreo - RETA, que também dá cobertura aos danos causados à vida e bens não transportados, Seguro de Vida, PGBL e VGBL, certamente contratados para os passageiros e tripulação, por suas respectivas empresas e/ou pelos próprios segurados; Seguro de Casco Aeronáutico; Seguro de Property para o edifício da TAM; Seguro Residencial, daquelas residências atingidas pelo avião, para as quais, certamente, além da cobertura básica, deve ter sido contratada cobertura de impacto de veículos terrestres e de queda de aeronave e/ou quaisquer objetos aéreos ou espaciais; seguros contratados para garantia de lucros cessantes; Seguro de Automóvel; Seguro de Transporte, que acoberta mercadorias depositadas em transportadoras e aquelas transportadas, e além disso outros seguros não mencionados aqui, porém, não menos importantes.

Os valores envolvidos atingem milhões de dólares, mas não nos cabe apontá-los. Apenas é nosso intuito realçar que a instituição do seguro, em razão do mutualismo, impulsionará a retomada de todas as empresas atingidas. Da mesma forma acontecerá com as famílias enlutadas com a perda de seus entes queridos, cuja indenização será feita de acordo com os capitais segurados, dando a todos condições materiais para aliviar as perdas irreparáveis durante a jornada de seus dias.

Dessa forma, ressalta o valor do seguro como instrumento insubstituível de proteção contra as adversidades a que todos nós, como seres humanos, estamos sujeitos.

:: SUPERAGÊNCIAS

O Superintendente da SUSEP, Renê Garcia, afirma que, pessoalmente, é "simpático à tese" de os mercados de seguros, financeiro e de capitais serem regulados e fiscalizados por uma superagência ou, pelo menos, em um modelo que facilite a maior interação entre os agentes reguladores.

Ele lembra que esse modelo que facilite já é adotado, com sucesso, em muitos países desenvolvidos: "com essa convergência, o ambiente pode ganhar a sinergia necessária", argumenta, acrescentando que os melhores resultados vêm sendo obtidos na Inglaterra, onde foram necessários seis anos para a implementação total desse sistema. Outros países que adotam essa opção são o Japão, a Alemanha, Suíça e Suécia.

No Brasil, contudo, ainda há dificuldades: "aqui, do ponto de vista da regulação, a integração ainda é tímida, apesar de, em muitos casos, os



mesmos grupos deterem o controle de bancos e seguradoras", comenta.

Renê Garcia diz ainda que nos Estados Unidos ainda não há uma predominância de um sistema sobre outro.

Do total de 50 estados norte-americanos, em 24 há a regulação conjunta de seguradoras, bancos e mercado de ações. (Fonte: seguros.com.br, 03/08/07)

:: IRB

O IRB-Brasil Re prorrogou para o dia 1º de setembro, a data do início de vigência da aplicação das novas regras para o resseguro diferenciado nos seguros compreensivos para residências, empresas e condomínios. O adiamento havia sido solicitado pelos seguradores, através da FENASEG. (Fonte: Seguros em dia, 03/08/07)

:: SISTEMA ANTIFURTO

O Conselho Nacional de Trânsito, através de sua resolução 245, definiu como obrigatória a instalação de dispositivo antifurto nos veículos fabricados a partir de 1º de agosto de 2009. A norma refere-se a veículos nacionais e estrangeiros, exceto para uso bélico. Este equipamento ainda deverá possuir um sistema que possibilite o bloqueio e rastreamento do veículo. Agora, o Departamento Nacional de Trânsito terá 90 dias para definir as especificações do dispositivo e do sistema de rastreamento.



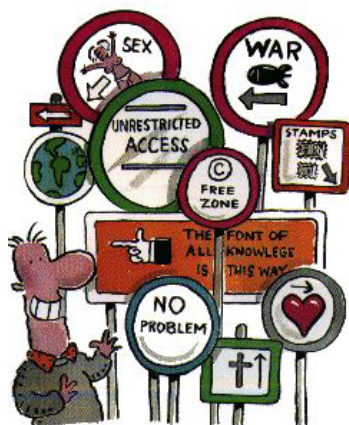


:: NOVAS REGRAS

CNSP exige padrões de governança. O Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) estabeleceu, através da Resolução 166/07, novos requisitos para funcionamento, transferência de controle acionário, reorganização societária e cancelamento de autorização para funcionamento das empresas dos mercados supervisionados pela SUSEP.

Pelo regulamento, as seguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, autorizadas a funcionar antes da data de publicação da resolução, e seus acionistas controladores diretos, deverão adotar padrões de governança corporativa e informá-los à SUSEP.

Ainda de acordo com a resolução, no processo de constituição deve ser indicado o responsável tecnicamente capacitado, pela condução do projeto na SUSEP, bem como identificado o grupo organizador da nova sociedade. (Fonte: Jornal do Comercio, 22/07/07)



:: TECNOLOGIA

Conforme notícia divulgada pela Gazeta Mercantil, de 31/07/07, as seguradoras planejam investir cerca de R\$ 1,12 bilhão em tecnologia da informação neste ano. O valor se faz necessário para que as empresas possam se preparar para dois grandes desafios do setor no próximo ano: a abertura do resseguro e a implementação de novas regras de capital mínimo baseado em risco. Tais mudanças exigem um grande reforço pelo impacto sobre os processos e os sistemas das empresas. Em 2006, elas aplicaram cerca de R\$ 1 bilhão em despesas e investimentos em recursos de TI e de telecomunicações, segundo dados obtidos por uma pesquisa realizada pela FENASEG.

Diante da relevância do tema para suas associadas, a FENASEG vai realizar entre 24 e 26 de agosto, no Hotel Portobello, em Mangaratiba, no Rio de Janeiro, o II Insurance TI Meeting. Este ano o evento terá como tema central "Gerenciando Mudanças: Os Desafios de Transformação das Companhias do Mercado Segurador Brasileiro". O objetivo é debater de que forma o uso inovador de TI pode contribuir para os processos de negócios das empresas e para a redução dos custos de forma a beneficiar consumidores, investidores, parceiros de negócios e também governo.



:: GRANDES RISCOS

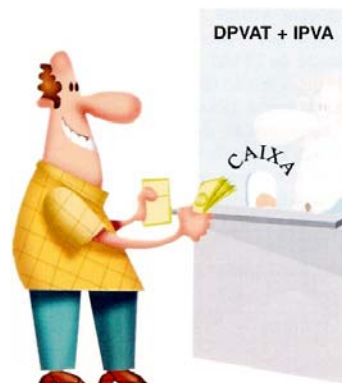
Grandes acidentes como o da linha amarela do Metrô de São Paulo e o dos aviões da Gol e da TAM, além da explosão da caldeira da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), ameaçam elevar os preços dos seguros de grandes riscos no Brasil. Esses mega-sinistros acontecem no momento em que a indústria brasileira de seguros mais apostava em uma queda nos preços das apólices, por conta do fim do monopólio, em janeiro, do resseguro brasileiro. Apesar disso, só o IRB pode operar no país, mas a abertura completa deve sair neste ano. O resseguro funciona como uma espécie de seguro das resseguradoras. Permite a pulverização de risco desses sinistros em um pool de empresas, geralmente estrangeiras, de modo que várias tomem uma parte do prejuízo e nenhuma quebre, por exemplo, ao cobrir um acidente aéreo - a apólice da TAM cobre danos de US\$ 80 milhões à aeronave e de mais de US\$ 200 milhões a terceiros. Sem as resseguradoras, não haveriam coberturas para casos como o acidente no Metrô em São Paulo, o seguro mais alto já feito no país, com cobertura de US\$ 1,3 bilhão para a obra como um todo. Não pagaria o prejuízo estimado de US\$ 500 milhões com a explosão da caldeira da CSN. No caso industrial, além dos danos ao equipamento, o seguro cobre o que a empresa deixou de ganhar com a interrupção da produção.

"Ainda é cedo para saber se os preços dos seguros vão subir. Vai depender do prejuízo das resseguradoras com acidentes aéreos em tudo o mundo, e não só no Brasil. Neste ano, tivemos entre quatro e cinco acidentes graves. As apólices só vão subir se o total de prêmios não cobrir os prejuízos", diz Abigail Milhorait, coordenadora do seguro aeronáutico da Mapfre.

Mesmo assim o mercado prevê uma melhora significativa com a abertura do resseguro. A expectativa é que o setor de seguros dobre até 2011. "Com a abertura, as empresas de resseguros exigirão muito mais informações das seguradoras, significando maior transparência. Virão novos produtos e uma nova mentalidade de fazer negócios. Infelizmente, o grande marketing do seguro está no próprio sinistro", diz Walter Polido, diretor da resseguradora alemã Munich Re. (Fonte: Folha de São Paulo, 29/07/08)

:: DVPAT

O governador de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli (PMDB) sancionou Lei que determina inclusão de aviso sobre o seguro obrigatório, o DPVAT, nos Boletins de Ocorrência (BO) lavrados pelas autoridades policiais em decorrência de acidente de trânsito com vítimas. Conforme a Lei, a mensagem terá os seguintes dizeres: "Qualquer vítima - ou seu beneficiário - de acidente envolvendo veículo automotor em via terrestre poderá requerer indenização do seguro obrigatório DPVAT. Informações: 0800221204 ou www.dpvatseguro.com.br". (Fonte: Campo Grande News, 02/08/08)





:: SEGURO DE CARROS

Mesmo com tantos carros novos nas ruas, o desempenho do setor de seguros de veículos continua modesto. O setor registrou crescimento de 6% de janeiro a junho. A expectativa decepcionou os especialistas, que apostavam ao menos 15% no período. O volume de negócios - soma dos valores pagos por todos os que contratam novos seguros para veículos no país - alcançou o total de R\$ 5,4 bilhões no primeiro semestre deste ano, contra o total de R\$ 5,1 em 2006.

A principal causa para a discrepância entre o crescimento do setor automotivo e o de seguros é a troca de veículo no mesmo contrato. "O cliente compra um carro novo, mas só substitui o antigo pelo novo no mesmo seguro", diz Marcelo Sebastião, gerente da Porto Seguro, empresa líder do mercado de seguros de veículos, segundo dados do SINCOR.

"O crescimento das vendas não costuma ter uma relação tão direta nos números dos prêmios de seguro, que é a quantia efetivamente paga pelo segurado à seguradora", diz João Luís Nascimento Vieira, coordenador-adjunto de gerência e estatística da SUSEP, órgão do Ministério da Fa-

zenda.

SINISTROS - "O crescimento de vendas de carros zero quilômetro ajuda na renovação da frota e, conseqüentemente, na manutenção da frequência de sinistros, por causa da qualidade dos veículos e o costumeiro cuidado que os motoristas costumam dedicar às suas novas aquisições", diz o executivo da Porto Seguro.



Entre outras causas que podem refletir mais diretamente no aumento do total arrecadado pelas seguradoras, ele cita o aumento nas taxas de roubos e furtos de veículos. "No ano passado, o mercado sofreu muitos reajustes nos prêmios de seguros por causa desses sinistros", afirmou Sebastião. (Fonte: Diário do Grande ABC, 03/08/07)

:: TRANSPORTE MARÍTIMO

O transporte marítimo é uma das mais antigas atividades de exportação e importação no mundo. É um serviço que permite otimizar a condução de cargas globais e o funcionamento de cadeias de logística encontradas nesse processo.

Essa atividade traz vantagens econômicas e ambientais para todo o mundo, se comparada com o transporte terrestre. A União Européia estima que o custo do congestionamento rodoviário deverá crescer cerca de 150% até 2010, por isso o transporte marítimo será uma excelente forma de conduzir cargas com menos custo.

A história do seguro está relacionada ao do seguro marítimo, já que as atividades seguradoras no Brasil tiveram início com a abertura dos portos ao comércio internacional, com o objetivo de operar com o seguro marítimo.

A Bradesco Seguros e Previdência comercializa o seguro "Bradesco Seguro Riscos", específico para empresas atuantes na prospecção, perfuração e produção de petróleo ou gás.

As principais coberturas referem-se a: danos materiais às plataformas, navios, sonda e equipamentos; responsabilidade civil por danos causados a terceiros; reparos ou manutenção, danos materiais ou financeiros causados por ocorrência de guerras ou greves durante a vigência do seguro.

"A rota internacional de importação e exportação representa 25% da nossa carteira, é um resultado muito rentável para a companhia, que é top no processo de gerenciamento da apólice e oferece um atendimento personalizado na hora do sinistro. Nosso objetivo é continuar crescendo nesse segmento e, conseqüentemente, elevar as vendas", ressalta Marco Antonio P. dos Santos, superintendente de transportes e cascos da AGF Seguros. (Fonte: Funenseg/Comunicação Social, 03/08/07)



:: BANCO DE DADOS

Informações seriam utilizadas para definir preço de produtos.

A SUSEP vai criar um grande banco de dados com informações sobre os segurados. A idéia é permitir que cada consumidor tenha uma senha própria de acesso a esse banco, a qual poderá ser utilizada, por exemplo, no momento da cotação do se-

guuro. Segundo o superintendente da autarquia, Renê Garcia, essa é uma ferramenta utilizada em vários países, que pode ajudar muito "no momento da precificação em carteiras diferentes". Na prática, representa um avanço em relação ao modelo atual, que é utilizado principalmente no seguro de automóveis e é sustentado por infor-

mações mais generalizadas, como o endereço da residência do segurado e o modelo, ano e marca do carro. Renê Garcia revela ainda que está em fase final de redação, no Ministério da Fazenda, o projeto que dará um novo formato institucional aos órgãos reguladores. Segundo ele, o Decreto-Lei 73/66, que regulamenta

o sistema de seguros, está muito defasado e tira poderes da SUSEP, além de não oferecer instrumentos para que a autarquia trabalhe com maior eficiência, por exemplo, em casos de liquidação de empresas dos setores supervisionados. O projeto deverá ser encaminhado ao Congresso em 2008. (Fonte: Jornal do Commercio)

:: PALESTRAS

13/08 - Riscos Patrimoniais, com Mauricio Tadeu, em Londrina, no Hotel Blue Tree.

14/08 - Riscos Patrimoniais, com Mauricio Tadeu, em Maringá, no Hotel Deville.

21/08 - Saúde, com Paulo Marcos Senra Souza e João Alceu Amoroso Lima, em Curitiba, no Hotel Bourbon.

31/08 - II Encontro Sobre Seguro - Ministério Público e Procons do MS, Auditório Nereu Aristides Marques, Rua Presidente Manoel Ferraz de Campos Salles, 214 - Campo Grande - MS.

